



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



A propósito do empréstimo concedido ao Banco Privado Português

BE e CDS vão pedir explicações ao Governo

Bloquistas e centristas têm muitas dúvidas sobre a alicação do dinheiro que o Estado concedeu ao Banco privado Português.

O líder do Bloco de Esquerda afirmou que, amanhã, irá questionar o Governo sobre a aplicação do dinheiro que o Estado concedeu ao Banco Privado Português (BPP), empréstimo esse que, até ao momento, **“não serviu para pagar os clientes do banco”**.

Em declarações à Lusa, Francisco Louça disse querer saber qual foi a aplicação do dinheiro que o Estado concedeu ao BPP, adiantando que vai exigir um **“esclarecimento muito detalhado”** ao primeiro-ministro, José Sócrates, e ao ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, numa interpelação prevista para o dia de amanhã.

As declarações do líder do Bloco de Esquerda surgem após o Ministério das Finanças ter esclarecido que não tenciona ajudar mais o BPP, para além do aval dado a um empréstimo de 450 milhões de euros. Numa entrevista concedida à RTP na segunda-feira à noite, Fernando Teixeira dos Santos deixou claro que cabe aos administradores e accionistas responderem perante os clientes que investiram na área de gestão.

“A não viabilização de um segundo empréstimo significa, creio eu, que o banco vai a falência. O primeiro empréstimo não serviu para fazer pagamentos que se conheçam aos clientes do BPP. Há uma enorme nebulosidade sobre esta matéria”, criticou Francisco Louça. **“Se o primeiro empréstimo foi para pagar clientes ou investidores no estrangeiro, queremos saber quais. É um dossier que exige um esclarecimento muito detalhado e que o BE, o mais tardar, na quinta-feira vai pedir”**, acrescentou o líder bloquista.

Segundo o dirigente do Bloco, o que importa, em primeiro lugar, é **“que as poupanças dos clientes do banco sejam garantidas pelo sistema de garantias”**. **“O Governo diz**



Lusa/arquivo

Louça. Para o líder do Bloco de Esquerda, **“há uma enorme nebulosidade sobre esta matéria”**

MAIS ESCLARECIMENTOS Comunistas com dúvidas sobre BPP... e BPN

O PCP considerou que a decisão do Governo de não utilizar mais recursos públicos no Banco Privado Português **“vai ao encontro”** do que os comunistas defendem e justifica **“mais explicações”** do Executivo sobre as intervenções públicas nos bancos. Jorge Pires, da Comissão Política do PCP, assinalou que **“o que o Governo tem feito”** é

utilizar a Caixa Geral de Depósitos para **“facilitar a vida aos responsáveis pelos prejuízos”**, afirmando que o PCP desejaria que a decisão do ministério das Finanças significasse **“uma mudança de rumo”**. Para já, disse, **“são necessárias explicações precisas”** sobre a renegociação de **“empréstimos leoninos”** junto da CGD com empresários como Manuel Fino e Joe Berardo. Outro caso que justifica mais explicações do Governo, defendeu, é a intervenção no Banco Português de Negócios.

que o fará, esperemos que cumpra. Mas tem que haver uma responsabilização. São os accionistas que têm de responder pelas acções, não os contribuintes”, frisou Francisco Louça, sublinhado que **“ninguém pode ficar a perder por isso”**.

No extremo oposto do espectro político parlamentar, o líder parlamentar e vice-presidente do CDS/PP, Diogo Feio, disse que o partido quer que o Governo esclareça o **“valor exacto de depósitos no sentido clássico que existem no Banco Privado Português”** e a **“avaliação das contragarantias que foram prestadas pelo banco em relação ao aval de 450 milhões de euros”**.

Segundo o líder parlamentar dos democratas-cristãos, o CDS/PP considera que estes **“esclarecimentos essenciais”** devem levar a que o ministro das Finanças **“antecipe a sua ida ao Parlamento, marcada para 11 de Março, para esclarecer de modo urgente rápido e concreto a concessão de avais do Estado”**. **“Ao confirmarem-se dados que são públicos há que salientar que o Governo recuou desde a primeira hora que o CDS tem feito a distinção entre a necessária protecção de depósitos, uma pequena parte da área de negócios do banco e a gestão de fortunas”**, criticou Diogo Feio.

“É para nós claro que devem ser dadas garantias para defender depositantes. O que nos parece é que o Estado deveria ter explicado o sentido da sua intervenção desde o início, o que não fez”, acrescentou ainda o dirigente centrista.

Para o líder parlamentar do CDS/PP, o discurso do Governo tem sido, **“até o momento, um discurso confuso e muitas vezes difícil de compreender”**. **“Parece que foi necessário que tenha sido conhecido um conjunto de investigações sobre anteriores gestores do banco para que o Governo viesse clarificar a sua posição”**, frisou Diogo Feio.

Por seu turno, quando contactado pela Lusa, o porta-voz do PS, Vitalino Canas, escusou-se a comentar o assunto. **“O ministro das Finanças já falou sobre a matéria, pelo que não temos nada a acrescentar”**, disse.



PSD com dúvidas sobre garantia bancária

E os depósitos?

O líder parlamentar do PSD considerou ontem que a decisão do Governo de não utilizar recursos públicos para solucionar o problema de gestão de carteiras no BPP **“vai no bom caminho”** mas **“carece de ser esclarecida”**. Paulo Rangel frisou que **“o PSD foi o primeiro partido a levantar a questão num debate de actualidade a 4 de Novembro”** e que **“logo aí manifestou uma grande divergência quanto à utilização de recursos públicos”** no Banco Privado Português.

Para Paulo Rangel, é preciso que o Governo **“faça uma definição mais clara quanto à estratégia para o Banco Privado Português e também sobre o papel do Banco de Portugal que também aí tem uma palavra a dizer”**.

O PSD quer saber, em concreto, o que o Governo vai fazer em relação aos depósitos de clientes do BPP.

“Que depósitos são abrangidos e até quanto?”, questionou, frisando que **“há depósitos no BPP superiores a 100 mil euros”**.

Os depósitos bancários até 100 mil euros têm garantia de cobertura prevista legalmente.

Paulo Rangel considerou que é preciso saber se no pagamento desses depósitos (dos que ultrapassem o valor dos 100 mil euros) será o BPP a intervir ou se serão assegurados através do Fundo de Garantia de Depósitos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ■ EM CAUSA EVENTUAL INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

Terrenos da SLN no Parlamento

■ Deputados que investigam caso BPN querem que Fernando Fantasia e Emídio Catum esclareçam a compra da Herdade de Rio Frio no final de 2007

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Os deputados da Comissão de Inquérito Parlamentar à nacionalização do BPN querem que Fernando Fantasia e Emídio Catum, co-proprietários de terrenos com a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) junto ao Campo de Tiro de Alcochete, esclareçam no Parlamento a operação de compra de cerca de quatro mil hectares da Herdade de Rio Frio no final de 2007, duas semanas antes de o Governo anunciar a nova localização do aeroporto de Lisboa. Em concreto, pretende-se avaliar, na sequência de um requerimento já apresentado pelo CDS-PP, se a aquisição dos terrenos, que foi financiada pelo BPN, beneficiou de informação privilegiada.

A negociação para a compra de cerca de quatro mil hectares da Herdade de Rio Frio decorreram entre Agosto e o final de 2007, dois meses após o Governo ter pedido ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) um estudo comparativo entre Alcochete e a Ota e duas semanas antes do anúncio da nova localização do aeroporto. Os terrenos foram adquiridos pela Pluripar, empresa detida em partes iguais pelo empresário Emídio Catum e pela OPI 92, firma detida em dez por cento por Fernando Fantasia e em 90 por cento pela SLN.

Ontem, Nuno Melo, do CDS-PP, deixou claro ao CM que a intenção do seu partido é

“tentar perceber a proveniência e o destino do dinheiro [envolvido no negócio] e a existência, porventura, de informação privilegiada.” Ricardo Rodrigues, do PS, é também categórico: “Essas duas pessoas [Fan-



■ **Protagonistas.** Fernando Fantasia (à esq.) e Emídio Catum (à dir.) são parceiros da SLN na operação de compra de Rio Frio.

tasia e Catum] têm um relacionamento directo com empresas que trabalham com o BPN e há negócios para esclarecer os factos.”

Negociações para a compra foram entre Agosto e Dezembro

Do lado do PSD, Almeida Henriques assumiu desde já que “o PSD viabiliza todas as audições que visem o esclarecimento da verdade”. João Semedo (BE) admite que se pode “estar perante um caso de informação privilegiada e especulação dos terrenos”. Honório Novo, que inquiriu João Carvalho das Neves sobre a aquisição dos terrenos em Alcochete, frisou que “o PCP tem todo o interesse em ouvir essas pessoas.” ■

✎ PORMENORES

● **HERDADE DE RIO FRIO**
Segundo um documento interno da SLN, o grupo tem cerca de 6300 hectares de terrenos na zona do futuro aeroporto de Lisboa. Quase quatro mil foram adquiridos no final de 2007.

● **BANCO INSULAR**
A OPI 92 foi apresentada, no início de 2008, como uma das soluções possíveis para resolver a situação do Banco Insular, sediado em Cabo Verde e que é um dos centros da investigação.

Negócio de cerca de quarenta milhões de euros

● A Pluripar pagou cerca de quarenta milhões de euros pela aquisição de quase quatro mil hectares da Herdade de Rio Frio, da Agripor e da Socar – Sociedade Agro-pecuária, duas empresas praticamente falidas, no final de 2007.

Desde então, os accionistas do Grupo SLN estiveram divididos sobre a propriedade dos terrenos. E a questão só ficou esclarecida há poucas semanas: “Estava à espera desde o final de 2007 para que eles [SLN] me dissessem a quem é que as acções da OPI 92 eram transmitidas”, disse Fernando Fantasia. ■



E os depositantes, senhor ministro?



O país anda embrulhado em sucessivos escândalos bancários. O primeiro foi o do BCP: o banco declara perdas de pelo menos 400 milhões de euros (sem contar com o generoso prémio de 90 milhões a alguns dos administradores que estão a ser investigados por eventuais crimes de mercado). Mais de um ano depois, há umas investigações de que se sabe pouco e não há ainda nenhuma acusação.

O segundo foi o do BPN: as perdas já vão avaliadas em 1800 milhões de euros e, como foi nacionalizado, são os impostos que vão garantir os prejuízos. Prepare a carteira, caro leitor, porque pode sobrar para si.

O terceiro é o do BPP. O banco recebeu um empréstimo de 450 milhões e foi o Estado quem o garantiu. Se o BPP não pagar, o Estado adianta o dinheiro e procura depois recuperá-lo com os bens dados em garantia. Mas ninguém sabe quais são.

O também deputado Francisco Louçã questiona nesta crónica o Governo sobre a forma como este está a gerir os "sucessivos escândalos bancários" que marcam a actualidade nacional

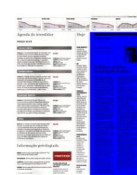
Em todos estes escândalos, o comportamento foi sempre o mesmo. Dinheiro escondido em *offshores*, comissões e salários magníficos, lucros elevados e contas aparentemente falsificadas.

Perante tudo isto, é tempo de pôr as contas em dia. E o que o ministro das Finanças anunciou sobre o BPP deixa mais dúvidas do que certezas. Diz o ministro que o Governo não paga as perdas das fortunas que o BPP geria – pois claro, nunca poderia pagar, e foi o que o Bloco de Esquerda afirmou desde o primeiro dia. Mas houve um empréstimo de

450 milhões: e para que foi esse dinheiro? Onde foi usado? Quem o recebeu? Só sabemos que os pequenos depositantes do BPP não receberam nada. O banco nem lhes abre a porta. Ora, esses depósitos devem ser garantidos e não podem ser perdidos.

E os administradores e accionistas têm que prestar contas pelo que aconteceu. Onde está o dinheiro? O país tem o direito de saber e o Governo tem o dever de informar.

Mais ainda: é tempo de os bancos devolverem. O aumento dos *spreads* para aumentar os juros (quando o Euribor se reduz mas as pessoas pagam mais pelas casas) não pode ser aceite. O despedimento de funcionários bancários também não. Os bancos lucram com a gestão do dinheiro dos outros e devem agora ser obrigados a devolver, com juros não especulativos e com respeito pelas pessoas. Este ano temos que acertar contas com todos estes escândalos. ■



Editorial

Helena Garrido

Directora-adjunta



Política e política na salvação da banca

 O ministro das Finanças decretou a morte do Banco Privado Português neste fim-de-semana de Carnaval. Ao afirmar "nem mais um tostão para o banco dos ricos" - em leitura livre das suas palavras - e ao entregar a solução dos problemas em que existe responsabilidade do Estado para as autoridades de supervisão, o Governo sai do centro da controvérsia.

Entregar a solução para o BPP ao Banco de Portugal, à Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, aos seis bancos envolvidos na gestão e aos clientes que pensavam estar a fazer depósitos é a estratégia política inteligente para um ano recheado de eleições e arrasado por uma crise económica sem precedentes que o Executivo não pode entregar a nenhuma autoridade não legitimada pelo voto.

A recomendação do Governo, através das palavras do ministro das Finanças e do seu secretário de Estado, para que os clientes do BPP façam valer os seus direitos é, em si, o reconhecimento da responsabilidade pública pelo que se passou no banco que foi liderado por João Rendeiro.

O BPP e o BPN, assim como todas as irregularidades a que incredulamente vamos assistindo no sector financeiro dos países desenvolvidos, são o reflexo de um sistema de supervisão que tinha na confiança entre os 'fiscais' e os 'fiscalizados' o seu principal activo.

O princípio da confiança é um alicerce político do sistema capitalista como o conhecemos desde que se foi desregulamentando a economia. Por isso mesmo, o Banco de Portugal e a CMVM não podem ser responsabilizados. Actuavam no quadro das regras do regime. Por isso mesmo, a responsabilidade tem e deve ser política. São os poderes eleitos que devem assumir

a responsabilidade pelo fracasso do sistema de supervisão baseado na confiança, assim como devem ser eles a definir o novo quadro de funcionamento do sistema financeiro.

A responsabilidade pelo que se passou e passa no sistema financeiro é política e atravessa em Portugal, como no mundo, vários governos com variadas cores partidárias. Por isso mesmo, a resolução do problema de qualquer banco deveria manter-se na esfera estrita dos governos.

Em ano de eleições compreende-se que o Governo queira transferir para outros a solução de processos que lhe poderão custar votos. Na verdade, também não é o único responsável pelo que aconteceu nos bancos.

Conseguiu, em parte, afastar-se das polémicas, quer com o BPN como com o BPP. No caso do Banco Privado, o natural era ver os clientes à porta do Ministério das Finanças. Mas o que vemos é queixarem-se do Banco de Portugal e da administração nomeada para gerir a instituição.

Para os portugueses, em geral, o que importa avaliar é até que ponto a transferência do ónus da resolução de problemas - gerados pela crise financeira e a ganância de alguns gestores -, para a área de actuação de autoridades não eleitas e do sector financeiro privado -, ele próprio também delapidado -, impede que se adoptem as melhores soluções para o país.

Depois de se ter generalizado a ideia de que o BPP era um banco dos ricos, é politicamente difícil para o Executivo envolver mais dinheiros públicos. Mas tem a obrigação de defender o bom nome do Estado ajudando a encontrar uma solução para os clientes que pensavam estar a fazer uns simples depósitos a prazo.



POLÉMICA

Administradores do Banco Insular demarcam-se do BPN

◆ Os administradores locais do Banco Insular (BI) de Cabo Verde afirmaram-se ontem “inteiramente alheios” ao relacionamento directo com o Banco Português de Negócios (BPN), remetendo as responsabilidades para o presidente do Conselho de Administração.

Num comunicado conjunto, o primeiro desde o início do processo, José Luís Fernandes Lopes e Sérgio Augusto Centeio alegam que não tinham “conhecimento pleno da situação de domínio de facto que caracterizava” as relações entre o BI e o BPN.

Essas relações foram descritas e assumidas pelo presidente do Conselho de Administração do BI, José Vaz Mascarenhas, no processo de discussão com o Banco de Cabo Verde sobre as vias de se corrigir a situação da inadequação do capital em relação ao

crédito total concedido, suscitada pela Inspeção da Supervisão”, dizem os administradores locais.

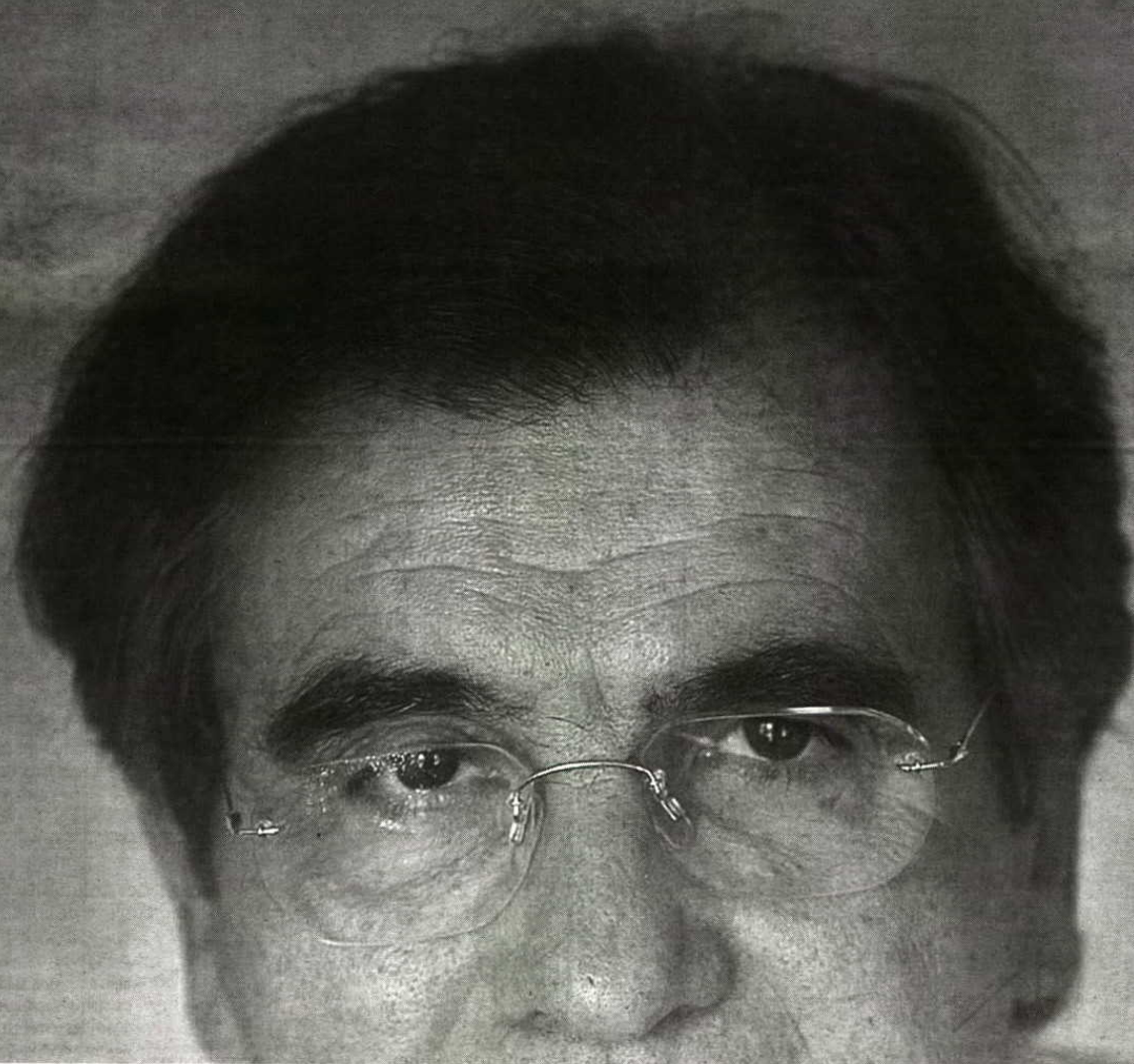
José Luís Lopes e Sérgio Centeio vão mais longe e referem que só tomaram conhecimento da situação na mesma altura em que a informação chegou ao Banco de Cabo Verde. A 17 deste mês, o Governo de Cabo Verde decretou o encerramento do Banco Insular, alegando falta de cumprimento dos “normativos prudenciais respeitantes à reposição de fundos próprios, ao respeito do limite do rácio de solvibilidade e ao limite de concentração de riscos de crédito”.

Os dois administradores locais adiantam que, até à data do conhecimento dos factos, apenas aprovaram a aceitação de depósitos feitos pelo BPN no Insular, bem como os créditos garantidos pelo banco português. ■

Ralações perigosas

Quem é Dias Loureiro, o político poderoso e o bem sucedido homem de negócios que foi apanhado pelos estilhaços do "Caso BPN"?

POR JORGE PINTO



Fala-se e escreve-se muito sobre Dias Loureiro nos dias que correm. Mais do que quando era ministro. Muito mais do que nos tempos em que ocupava o cargo de secretário-geral do PSD. Incomparavelmente mais do que quando foi governador civil de Coimbra. A política ofereceu-lhe visibilidade e mediatismo; os negócios que se seguiram renderam-lhe milhões e, pelo que se vê agora, ralações. Ralações peri-

gosas. O homem que acompanhou Cavaco Silva desde o célebre congresso da Figueira da Foz e que hoje é seu conselheiro de Estado viu-se repentinamente apanhado no turbilhão de notícias que destaparam o escândalo do Banco Português de Negócios (BPN). Por ter participado no ruinoso negócio da compra, por parte da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), da qual era administrador, de duas empresas tecnológicas de Porto Rico (prejuízo de 38 milhões de dólares); e, também, por

alegadamente não ter dito a verdade à Comissão de Inquérito ao "caso BPN" (ver mais detalhes na página seguinte), motivando uma segunda ida ao Parlamento.

Mas, afinal, quem é este homem que, rezam as crónicas, mal se soube nomeado, telefonou ao pai para dizer "Pai, sou ministro"? É, antes de mais, um caso de sucesso. Subiu rapidamente na política, fez amigos poderosos, ganhou muito dinheiro no mundo dos negócios e soube ultrapassar as barreiras partidárias ao ponto de

ser uma figura de peso do outro lado da barricada, ou seja, no PS. Quer por via da amizade de infância que o liga a Jorge Coelho; quer pela relação matrimonial entre a sua filha e o filho de Ferro Rodrigues; quer, ainda, pelos elogios faustosos que emprestou a José Sócrates por altura da apresentação da biografia do primeiro-ministro "Sócrates, o menino de ouro do PS".

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

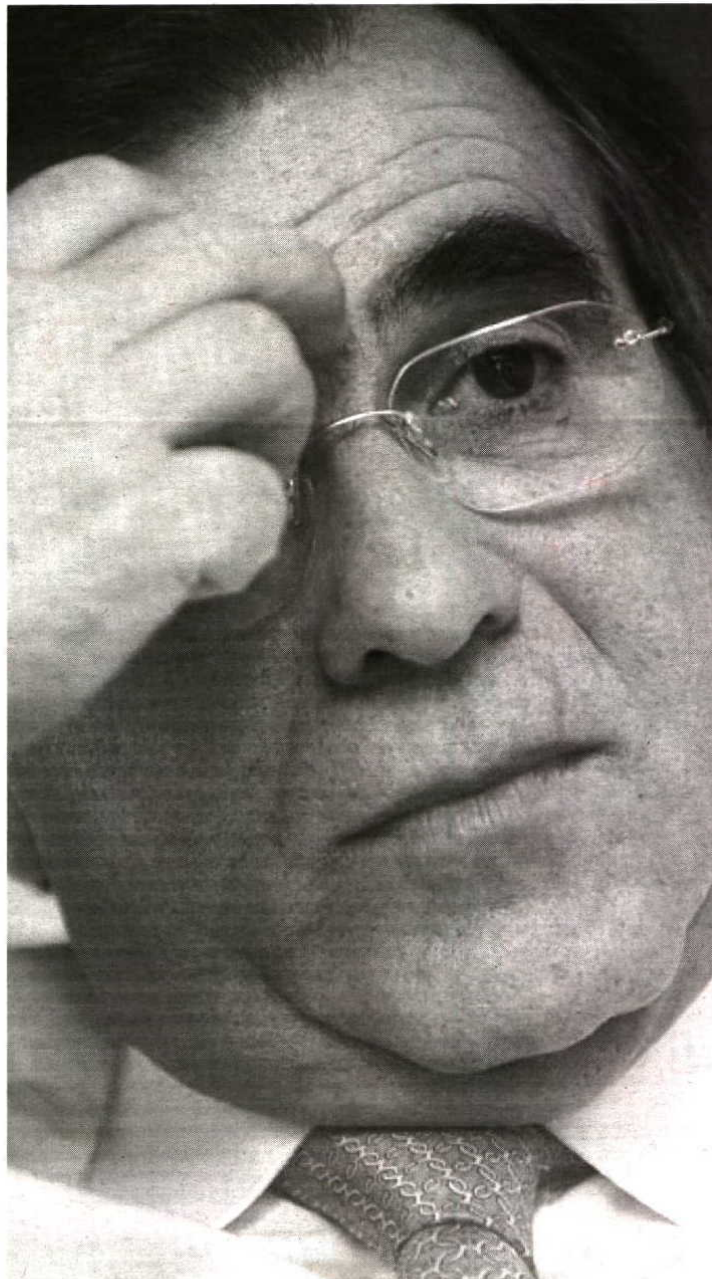
Manchado pela dúvida?

Dias Loureiro teve uma ascensão meteórica na política e foi bem sucedido nos negócios. O seu envolvimento no "caso BPN" ainda está por clarificar e por isso vai voltar a ser ouvido na Assembleia da República

CONTINUADO DA PÁGINA ANTERIOR

Até sair da política, em 1995, quando o PS pôs fim a 10 anos de cavaquismo, Manuel Joaquim Dias Loureiro era "apenas" um ministro. As aspas justificam-se pelo facto de ser um dos mais importantes do Governo de Cavaco Silva e um dos membros mais influentes do seu "núcleo duro". Foi, aliás, o professor quem, após o Congresso da Figueira da Foz que o guindou a líder, lhe abriu as portas para a subida meteórica dentro do PSD. Primeiro como secretário-geral, numa fase em que as finanças do partido estavam em farrapos - situação que se viria a alterar com a vitória nas legislativas de 1985 -, e, depois, como ministro: dos Assuntos Parlamentares e, mais tarde, da Administração Interna. A tutela desta pasta ficará para sempre na memória pela ligação à carga policial com que foi resolvido o bloqueio da ponte 25 de Abril, em Lisboa. A intervenção musculada deixou um rapaz paraplégico, atingido por uma bala. Dias Loureiro acabaria por ir visitá-lo e, como era pintor, comprou-lhe alguns quadros - revelou em várias entrevistas.

Mas se foi Cavaco quem lhe abriu as portas do poder, a do partido foi-lhe franqueada, em 1979, por Carlos Encarnação, que, quis o destino, viria a ser seu secretário de Estado, tanto nos Assuntos Parlamentares como na Administração Interna. Dias Loureiro era um jovem advogado em Coimbra quando deu o passo decisivo. "Estávamos na campanha de Sá Carneiro e ele veio ter comigo e ofereceu-se para colaborar. Não o conhecia de lado nenhum", afirma o actual presidente da Câmara de Coimbra, que vê nele um político "capaz, interessado e trabalhador". Dois anos depois, já era governador civil de Coimbra. O convite partiu do primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão e a sugestão de Ângelo Correia, então ministro da Administração Interna, que agora recorda esse momento: "Foi-me indicado pela distrital e fez um excelente trabalho. Acho-o uma pessoa inteligente e com uma enorme capacidade intelectual."



Manuel Dias Loureiro abandonou funções executivas na SLN por discordar do modelo de gestão

Com o Bloco Central, Dias Loureiro sai do Governo Civil e dedica-se de corpo inteiro à advocacia. Os poucos anos que passara na política activa fizeram-lhe o nome e granjearam-lhe clientes. Até que, em 1985, apostou todas as fichas no candidato vencedor e Cavaco deu-lhe o cargo de secretário-geral. "É um dos homens mais argutos que conheço. De raciocínio simples, muito organizado e culto. Tudo o que conseguiu fazer na vida deve-o às suas qualidades", atesta José Cesário, seu adjunto na secretaria-geral do partido.

Tinham passado 34 anos desde que nasceu, em 1951, em Aguiar da Beira. De filho de uma modesta família - os pais eram comerciantes - e promissor advogado, Dias Loureiro passou, já em meados dos anos 80, a ser um dos imprescindíveis do PSD. Fez discursos, programas eleitorais e, até, hinos. Como aqueles que animaram as duas campanhas presidenciais de Cavaco Silva. O gosto pela música cultiva-o na companhia de um grupo de amigos, que recebe frequentemente em sua casa. Daniel Proença de Carvalho, que conheceu, em 1986, na campanha de Freitas do Amaral para a Presidência da República, é o guitarrista de serviço e Dias Loureiro a voz do grupo. Rui Veloso aparece às vezes, Kátia Guerreiro também. "Só para amigos" é o nome do CD que a "banda" do ex-ministro gravou. "É uma pessoa de uma enorme simplicidade, extremamente inteligente e trabalhadora", cauciona Proença de Carvalho.

Os elogios podem parecer exagerados, mas convém não esquecer que partem de amigos de longa data. Mais estranhas poderão parecer as referências de Dias Loureiro a José Sócrates, afinal o líder rival. Na apresentação da biografia do primeiro-ministro - "Sócrates - o menino de ouro do PS" -, que partilhou com António Vitorino, o social-democrata enalteceu a afectividade do chefe de Governo, não poupando em encómios: "enorme generosidade", "sensatez e prudência", "traços de coragem", "homem trabalhador", "homem de detalhes", "capacidade de liderança" e "capacidade estratégica". Nem o socialista Vitorino foi tão longe. Terá sido o consumo de uma ligação ao "inimigo" que já vinha de trás. Da amizade de infância com Jorge Coelho, que, curiosamente, lhe viria a suceder na Administração Interna, e da relação familiar com Ferro Rodrigues, nascida dos filhos de ambos.

Finda a experiência governativa, Dias Loureiro deu início à etapa mais rentável da sua vida. Com lugar marcado no escritório de Proença de Carvalho, rapidamente cedeu às tentações do mundo dos negócios e aceitou o convite de José Roquette para integrar a Plêiade. Na altura, a empresa do ex-presidente sportinguista estava modestamente avaliada em cerca de um milhão e 700 mil contos e o ex-ministro ficou com uma "stock option" até 15% da "holding" do grupo e mais 7% na repartição dos lucros. Os contactos e conhecimentos que estabelecera enquanto governante revelam-se agora de grande utilidade e, através de um ministro marroquino muito próximo do rei Hassan II, consegue uma concessão no fornecimento de água e electricidade a Rabat. Cinco anos depois, Roquette propõe vender-lhe a Plêiade e Dias Loureiro cativa José Oliveira e Costa para o negócio. O antigo secretário de Estado de Cavaco oferece 11 milhões de contos e Dias Loureiro recebe um milhão e 650 mil contos. Investe grande parte do dinheiro



em ações da Sociedade Lusã de Negócios (SLN) e torna-se administrador do grupo detentor do Banco Português de Negócios (BPN) e de várias empresas herdadas da Plêiade. Estava dado o primeiro tiro certo nos negócios que haveriam de fazer dele um dos homens mais bem sucedidos do país (num ano declarou rendimentos a rondar os 200 mil contos, superiores aos de Belmiro de Azevedo).

A forma de funcionamento da SLN – “com uma gestão muito pouco formal, sem reuniões” – leva-o a querer sair, em 2002, da administração executiva. Vende as ações, tira o dinheiro que tinha no BPN, mas mantém-se como administrador não executivo até 2005. Entretanto, volta à política, mas de uma forma muito mais discreta. É eleito deputado nas listas de Durão Barroso e continua a cultivar as amizades que foi fazendo por esse mundo fora. Priva com Bill Clinton, José María Aznar, Durão Barroso e outros nomes mais ou menos sonantes mas sempre poderosos. Pratica golfe, gosta da caça e também de jogar póquer. Agora, foi apanhado pelos estilhaços do caso BPN e vai voltar brevemente a ser ouvido pela Comissão de Inquérito. Seja qual for a verdade de todo este imbróglio, mais uma vez se prova que política e negócios, mesmo que em tempos diferentes, geram ralações que podem ser perigosas.

JORGE PINTO

jorge.pinto@jn.pt



Ascensão e queda de um banco

O BPN, detido a 100% pela SLN, nasceu em 1993, em resultado da fusão entre as sociedades financeiras Soserfin e Norcrédito, operando no segmento da banca de investimento. Mas o salto decisivo deu-se em 1998, com a nomeação de José Oliveira e Costa – antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, num dos governos de Cavaco Silva – para a liderança do banco. Oliveira e Costa teve um papel decisivo no rápido crescimento e afirmação do BPN durante a última década, ao transformar a instituição num verdadeiro banco de serviço global, oferecendo produtos de banca comercial, expandindo a rede de balcões e dando início à internacionaliza-

ção do grupo. Quando se demitiu, em Fevereiro do ano passado, invocando motivos de saúde, o BPN era já referido na imprensa como estando sob investigação das autoridades devido a alegadas irregularidades na sua gestão. Além disso, o Banco de Portugal exigia a separação entre a área financeira e não financeira do grupo, bem como uma clarificação da sua estrutura accionista, o que veio a ser feito pelos sucessores de Oliveira e Costa, Abdool Vakil (presidente-interino entre Fevereiro e Junho) e Miguel Cadilhe (presidente do grupo desde Junho). Após a decisão, em Conselho de Ministros, de nacionalizar o banco, o governador do Banco de Portugal revelou que a SLN fez “um conjunto vasto de operações clandestinas que não estavam registadas em nenhuma entidade do grupo” envolvendo “centenas de milhões de euros”. Oliveira e Costa foi detido e Dias Loureiro arrastado para a polémica, que se agravou quando o ex-ministro disse à Comissão de Inquérito que desconhecia o Excellence Assets Fund – um veículo fundamental para uma compra ruinosa (prejuízo de 38 milhões de dólares) de duas empresas tecnológicas em Porto Rico. Segundo o “Expresso”, que revelou documentos, Dias Loureiro, além de ter participado em todo o negócio, assinou dois contratos em que esse fundo é parte. Confrontado pelo semanário, garantiu que não mentiu. “Disse aquilo de que me lembro”, afirmou. Porém, vai ser de novo chamado ao Parlamento.

Inteligência
É a principal característica apontada pelos amigos, a par da capacidade de trabalho

Conhecimentos
Dias Loureiro mantém contactos com Bill Clinton, José Maria Aznar e Durão Barroso

Dinheiro
Num ano declarou rendimentos superiores aos apresentados por Belmiro de Azevedo



Silva Pereira

EM DEFESA DE CONSTÂNCIO

O ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, garantiu ontem que a confiança no governador do Banco de Portugal "não está em causa" devido ao caso BPN e criticou as "intervenções irresponsáveis" dos que procuram retirar credibilidade às autoridades reguladoras.

"Eu não preciso de afirmar a confiança no governador do Banco de Portugal. Ele [Vitor Constâncio] está em funções e dispensa bem afirmações de confiança, porque ela não está em causa", disse o ministro.

DIAS LOUREIRO GARANTE

“Não fiz nada de ilegal”

■ Dias Loureiro garante que “ninguém o pode acusar de nada” relativamente à sua actuação enquanto administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), depois de críticas de diversas personalidades que defendem o seu afastamento do cargo de conselheiro de Estado do Presidente da República, de forma a não associar o caso BPN a Cavaco Silva.

“Estou de consciência tranquila, não fiz nada de ilegal”, afirmou ontem ao **CM** Dias Loureiro, recusando comentar as afirmações de Almeida Santos, presidente do PS, que afirmou que o antigo administrador da SLN “poderia” suspender o seu mandato no Conselho de Estado. Também António Pires de Lima, ex-bastonário da Ordem dos Advogados, considera que Dias Loureiro “não tem moral” para continuar no seu cargo de conselheiro de Estado. ■P.H.G.



Dias Loureiro



SEGUROS

SLN desperdiça €11 milhões em negócio abortado

Equipa de Cadilhe recusou proposta para a corretora Solução/AVS. SLN acusa gestores de concorrência desleal em tribunal

É mais uma novela em que a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) se encontra enredada. O grupo terá desperdiçado €11 milhões ao recusar uma proposta de compra pelos gestores da sua corretora de seguros e recorre agora a tribunal para tentar impedi-los de operar no mercado, através de uma nova sociedade. A mediadora Solução/AVS sofre com a saída das equipas e a fuga dos clientes.

Pouco depois de entrar na SLN, a equipa de Miguel Cadilhe desafiou os gestores da corretagem de seguros a lançarem uma operação de Management

Buy Out (MBO). Na altura, a fusão operacional entre a Solução e a AVS estava concluída, faltava apenas proceder à sua formalização jurídica.

Corrêa Figueira, presidente das sociedades, aceitou o repto e liderou um grupo de nove quadros que logo em Julho apresentou uma proposta firme. Começaram por oferecer €8 milhões, depois subiram a parada até aos €11 milhões. A operação configurava, para Corrêa Figueira, uma recompra. Um ano antes ele fora um dos accionistas que vendera a Solução, transferindo-se para o universo SLN com a missão de reorganizar a actividade de corretagem, centrada até aí na AVS Corretores. A sua equipa incluía Joaquim Oliveira e José Rodrigues, quadros da AVS. "O desafio era proceder à fusão entre

o líder e o quinto operador do mercado. No conjunto, facturavam €100 milhões e ambicionavam duplicar as receitas em três anos", recorda Corrêa Figueira. Em 2008, o negócio cresceu 10% e gerou lucros de €700 mil.

Mas a gestão Cadilhe decide divulgar na Internet as empresas à venda. A lista incluía, apesar da proposta de MBO, as corretoras. Na qualidade de presidente, Corrêa Figueira tornou-se interlocutor dos potenciais candidatos ao mesmo tempo que esperava uma resposta à sua oferta. Um dia, recebeu o responsável para a Europa do Sul de uma corretora americana, à procura de informações. Ele achara o modelo de divulgação tão bizarro que se deu ao incómodo de uma viagem para tentar perceber a originalidade.

É perante esta indefinição que a equipa de Corrêa Figueira trata da vida. Em Setembro avisa, por carta, a gestão do BPN SGPS/SLN que vão solicitar ao Instituto de Seguros de Portugal autorização para uma nova corretora e mais tarde compram ao BCP o alvará da desactivada Luso-Atlântica. Mas, no início de Dezembro, a aquisição da Solução/AVS volta a perfilar-se. Discutem-se detalhes, imóveis e prazos de pagamento. Os gestores pagariam os €11 milhões até Março e a Luso-Atlântica seria o veículo utilizado na operação. A reviravolta final surge com uma oferta concorrente. A SLN prefere, alegadamente por ser 250 mil euros superior, uma proposta liderada por António Vilela da Silva, o fundador da AVS. Mas a aquisição não chegou a concretizar-se.

Em Janeiro, os nove quadros deixam a Solução/AVS e investem €6 milhões no arranque da sua nova corretora. Este mês entra no Tribunal Cível do Porto uma providência cautelar da SLN, acusando os antigos administradores de concorrência desleal e de comportamento lesivo por terem desviado clientes.

"Os clientes são soberanos. Quem tem os dados das apólices são as seguradoras, não as corretoras", refere Corrêa Figueira. Ele ainda é, de resto, credor da SLN em perto de €1,5 milhões. Na altura da compra da Solução, a SLN adiou para meados de 2010 o pagamento de um lote de 20%, repartido por dois dos vendedores. A SLN não esteve disponível para comentar este caso.

ABÍLIO FERREIRA

aferreira@expresso.imprensa.pt



SLN pagou milhões através do BPN

MANUEL Meira Fernandes, administrador da SLN, revelou na quinta-feira que vários administradores da empresa receberam pagamentos de milhões de euros através de dinheiro levantado do BPN, movimentos esses não registados nas contas. Numa audição parlamentar, Meira Fernandes afirmou ainda que a auditora Mazars descobriu em seis horas como o grupo se financiava através do Banco Insular, considerando que o Banco de Portugal poderia ter detectado a situação mais rapidamente.

Dias Loureiro sob fogo

Conselheiro de Estado não vê motivos para renunciar ao cargo

Helena Pereira

helen.pereira@sol.pt

Sofia Rainho

sofia.rainho@sol.pt

DIAS Loureiro mantém-se irredutível em relação à sua continuidade no Conselho de Estado. «Tenho a consciência de que não pratiquei nenhuma ilegalidade, como dizem, aliás, os especialistas contactados pelos jornais», afirmou ao SOL o ex-ministro, na sequência da notícia da *Expresso* que o acusava de ter mentido aos deputados.

O CDS, BE e o PCP pediram de imediato que Dias Loureiro fosse ouvido de novo no Parlamento. PS e PSD não se opuseram e a segunda audição do ex-ministro na comissão de inquérito ao caso BPN deverá realizar-se daqui a duas semanas.

Os conselheiros de Estado contactados pelo SOL evidenciam, no entanto, a delicadeza da questão.

Manuel Alegre escusa-se a revelar se considera que Dias Loureiro tem condições para continuar no

Para o PSD, o BPN está a ser usado como arma de arremesso político

Conselho de Estado ou não. Para Alegre, trata-se de **«uma decisão pessoal»** que **«não deve comentar»**.

Contactado pelo SOL, João Lobo Antunes remete para a entrevista que deu em Janeiro ao *DN*: **«Gostaria que a consciência de Dias Loureiro o esclarecesse, que lhe dissesse o que devia fazer. Na vida**

pública, ainda antes de falar de questões de ética, gosto de pensar em termos de decência».

Por seu lado, Anacoreta Correia considerou também tratar-se de uma questão **«do foro pessoal»**. **«Já há conselheiros de Estado a comentar. Não quero dizer mais nada»**, acrescentou ao SOL,

numa referência a Marcelo Rebelo de Sousa. Ainda esta semana, o social-democrata afirmou, na *RTP*, que Dias Loureiro está cada vez mais **«fragilizado»**.

Almeida Santos, por seu lado, foi mais taxativo. Ontem, em declarações à *Antena 1*, defendeu que Dias Loureiro **«podia ter suspenso»** o

seu mandato de conselheiro de Estado para não beliscar a relação com Cavaco Silva.

De acordo com a lei, o Presidente da República não pode demitir os conselheiros de Estado. Estes só saem por sua própria iniciativa.

O contra-ataque do PS

Questionado de novo pelos jornalistas sobre o assunto, Cavaco Silva respondeu apenas: **«Já falei uma vez e é suficiente»**. Referia-se às suas declarações em Novembro, quando considerou não ter **«qualquer razão para duvidar»** da palavra do seu conselheiro de Estado, que disse ter-lhe garantido **«solenemente que não cometeu qualquer irregularidade»** nas funções empresariais que desempenhou.

Embora os sociais-democratas não deem sinais de desconforto ou incómodo perante o envolvimento do antigo ministro da Administração Interna no caso BPN, o sentimento dominante é o de que o Governo e os socialistas estão a utilizar o tema como **«arma de arremesso político»** para tentar desviar as atenções do caso Freepart.

«Entendemos que não devemos assumir uma postura partidária nesta matéria», defendeu ao SOL um membro da direcção parlamentar do PSD, justificando que o que está em causa no caso que envolve Dias Loureiro e o BPN **«não tem nada a ver com a sua actividade enquanto militante do PSD, mas sim com sua vida pessoal e profissional»**.

JOSE SERGIO

Dias Loureiro vai voltar

SLN sobreavalia Rio Frio

UM relatório da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) – ex-detentora do BPN – avalia em 740 milhões de euros os mais de seis mil hectares adquiridos por empresas do grupo de Oliveira e Costa em Rio Frio, na zona do futuro aeroporto, como divulgou o SOL na última edição.

Estas propriedades – adquiridas poucas semanas antes de o Governo anunciar que o novo Aeroporto de Lisboa será construído em Alcochete – são descritas como tendo um potencial de construção de um milhão e 740 mil metros quadrados, que é ainda mais valorizado pelo facto de se situarem no **«núcleo central da futura cidade aeroportuária»**, diz o relatório.

Acontece que, segundo as informações recolhidas pelo SOL, os terrenos de Rio Frio, na sua maioria, incluem extensos sobreirais e estão classificados como zonas rurais, onde não é possível construir nada sem autorização do Ministério do Ambiente e da CCDDR – a não ser

que sejam promovidas alterações aos Planos Directores Municipais locais (Montijo, Palmela e Alcochete) e aprovados os respectivos planos de pormenor.

«O valor daquelas propriedades é, por isso, muito inferior ao que nos querem fazer crer os senhores do BPN», defende José Bastos, da concelhia socialista do Montijo, adiantando: **«Aqueles terrenos não devem valer mais de 30 ou 35 milhões de euros»**.

A única alteração feita à classificação destes terrenos ocorreu no final de 2005. A Câmara de Palmela discutiu, então, uma proposta da empresa Domurbanis – mas apenas para 1800 hectares em Rio Frio – tendo chegado a decidir que esses terrenos passavam a ser zona turística. A Domurbanis vendeu depois esses terrenos ao BPN-Fundo Imobiliário, que, por sua vez, fez um contrato de recompra com a Paprefu, uma das empresas ligadas à SLN.

Graça Rosendo

OPINIÃO

O azeite do aeroporto

AOS poucos, o 'azeite' do novo aeroporto de Alcochete vem à tona da água. A publicitação das visionárias e oportunas aquisições de terrenos nas imediações do Campo de Tiro de Alcochete por representantes ou empresas do universo da Sociedade Portuguesa de Negócios (SLN), proprietária do Banco Português de Negócios (BPN), suscitam um conjunto de dúvidas. Não estamos falar de uma qualquer fantasia, mas de coincidências temporais entre o processo de contestação, determinados negócios e o abandono da opção Ota.

Em 1999, depois de cerca de 40 anos de estudos, o Governo confirmou a opção da Ota. No início de 2007 alargou-se a contestação a esta localização, PSD e CDS-PP converteram-se à cruzada anti-Ota e um grupo de cidadãos, liderados pelo presidente da CIP, apresentou um estudo sobre uma nova op-

António Galamba
Deputado do PS

ção, o campo de tiro de Alcochete. Um estudo que sensibilizou o senhor Presidente da República (PR) e o Governo, cujos financiadores nunca foram totalmente publicitados.

Alimentado o clima de dúvida, promovida a campanha de contestação, suscitadas dúvidas pelo senhor PR, o Governo encomendou ao LNEC uma análise comparativa que concluiu pela ligeira vantagem da zona do Campo de Tiro de Alcochete, do ponto de vista técnico e financeiro.

Em 8 de Maio de 2008, o Governo confirmou a nova localização, revogou as medidas preventivas aplicadas à Ota e aprovou novas medidas preventivas compreendendo o Campo de Tiro de Alcochete e uma área envolvente num raio de 25 km em vários concelhos.

Pelo meio, nesse fantástico ano de 2007, empresas

associadas à SLN adquiriram vários hectares de terrenos no perímetro da antiga Herdade de Rio Frio, o último registado a 7 de Dezembro de 2007.

Naturalmente, não posso deixar de sublinhar que a campanha de contestação à Ota, sustentada na acção e na omissão de muitos protagonistas políticos e económicos, criou todas as condições para a especulação imobiliária e para o oportunismo visionário de quem soube antever os resultados finais do processo.

Obviamente que há factos que deveriam ser conhecidos, em nome da transparência do processo e para erradicar as dúvidas. Qual a lista integral de financiadores do decisivo estudo promovido pelo Presidente da CIP? Entre os nomes dos financiadores não divulgados, estará alguma empresa ou alguém do universo da SLN? Estará o BPN?

Obviamente que deveriam ser conhecidos os

proprietários dos terrenos com mais de um hectare no território abrangido pelas medidas preventivas e nas imediações desse mesmo território.

Obviamente que deveria ser conhecido o momento em que os principais terrenos no citado território foram transaccionados. Essas informações erradicariam a sensação suscitada pelos jornais da última semana que, na sociedade portuguesa, há um conjunto de circunstâncias que apuram a especial aptidão para o negócio de alguns cidadãos.

É da transparência de processos que estamos a falar, de estarmos colectivamente atentos à invocação do interesse comum para preencher apetiências de interesses particulares. E neste processo, sem fantasias ou preconceitos, perpassa a sensação que ainda há muito para ser revelado sobre as motivações da contestação à Ota.



O negócio de Porto Rico e as questões por esclarecer

UM NEGÓCIO com duas empresas tecnológicas de Porto Rico conduzido por Oliveira e Costa e Dias Loureiro terá provocado prejuízos superiores a 50 milhões de euros à SLN. As transacções da operação porto-riquenha nunca foram reflectidas nas contas da SLN.

Dias Loureiro disse na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a nacionalização do BPN nada ter a ver «**como o negócio em si**», mas a documentação existente prova que o conselheiro de Estado assinou os contratos vitais. Loureiro, que assegurou aos deputados ter pedido a Oliveira e Costa para incluir o negócio nas contas da SLN, chegou a afirmar na CPI que desconhecia uma empresa *offshore* (a Excellence Assets Fund) da qual foi, afinal, representante legal.

Para já, Dias Loureiro vai ter que voltar à CPI para explicar melhor as suas declarações. Caso se comprove a prestação de falsas declarações à CPI, entidade com poderes parajudiciais, o conselheiro de Estado poderá incorrer no crime de perjúrio.

O negócio de Porto Rico começa em Outubro de 2001. Oliveira e Costa,

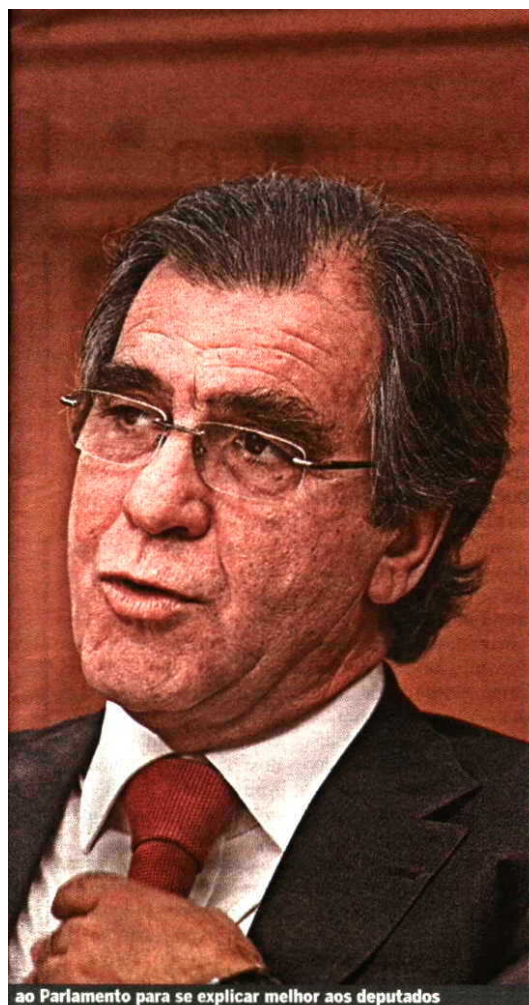
pela SLN, e Hector Hoyos, em nome da Biometrics Imagineering (BI), assinam um acordo estratégico para desenvolver e comercializar produtos tecnológicos, como uma revolucionária máquina multibanco, criados pela BI. Para esse efeito, é criada a Nova Technology (Nova Tech), com sede em Porto Rico, participada a 75% pela SLN e em 25% pela BI. Esta nova empresa recebe um empréstimo de 1,7 milhões de euros da sucursal do BPN no paraíso fiscal das Ilhas Caimão e, a 30 de Novembro, compra à BI uma licença exclusiva sobre os seus produtos por 27,7 milhões de euros.

Na mesma data, a SLN, representada por Dias Loureiro, compra 25% da BI por 24,8 milhões de euros e revende essa participação pelo mesmo valor a uma empresa *offshore*, a Excellence Assets Fund (EAF). Logo de seguida, Loureiro obriga a SLN a comprar a EAF à sociedade La Granjilla Corporation (com sede no Panamá) por 16,6 milhões de euros. Ou seja, os 25% da BI foram compradas pela SLN por 24,8 milhões de euros, mas em menos de 24 horas tal participação desvalorizou-se em 8,2 milhões de euros.

Feito o negócio, a famosa máquina multibanco foi testada em Portugal com resultados desastrosos. Todas as empresas nacionais consultadas em 2002 pela SLN emitiram pareceres negativos sobre a fiabilidade do equipamento. O que levou à degradação das relações entre a SLN e a BI, ao ponto da ruptura ter sido oficializada a 22 de Julho de 2002.

Os termos do acordo de saída da SLN da BI e da Nova Tech, a que o SOL teve acesso, foram novamente assinados por Dias Loureiro. A SLN comprometeu-se a renunciar a quaisquer direitos sobre o dinheiro transferido para a BI (incluindo as transferências da própria SLN), e a pagar um empréstimo de cerca de 1 milhão de euros que a BI tinha contraído no BPN das Ilhas Caimão. Finalmente, o EAF (a empresa *offshore* onde estavam 'parqueados' os 25% da SLN na BI) obrigou-se a ficar dois anos na BI, sem quaisquer direitos de voto, e a vender, no fim desse prazo, por 1 dólar a sua participação à própria BI. Mas tal não foi necessário porque a empresa acabou por falir.

Luís Rosa



ao Parlamento para se explicar melhor aos deputados



21-02-2009

Tiragem: 69575

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 5,00 x 7,96 cm²

Corte: 3 de 3



Dias Loureiro não **renuncia**

DIAS Loureiro diz que não renuncia ao Conselho de Estado por não ter cometido «nenhuma ilegalidade». Acusado na imprensa de desempenhar um papel principal num negócio em Porto Rico em que a SLN perdeu milhões, o ex-ministro de Cavaco Silva mantém o que disse na Comissão de Inquérito e dispõe-se a responder às perguntas sobre o assunto. » Págs. 8/9





FREEPORT E BPN

Os casos Freeport e BPN têm em comum apenas o facto de em ambos estarem lançadas gravíssimas suspeitas sobre importantes figuras políticas, num caso do PS, noutro do PSD. Mas, a avaliar pela cadência das notícias acerca de um e do outro, dir-se-ia que alguém nos bastidores vai puxando os cordelinhos para que se cruzem e continuem a alternar nas primeiras páginas e aberturas dos telejornais.

Sabemos que processos destes levam anos a esclarecer alguma coisa e que a regra é não esclarecerem coisa alguma até prescreverem. De caminho, tanto podem fazer vítimas inocentes que são condenadas na praça pública sem hipótese de defesa, como permitir que gente corrupta se esgueire por uma fresta da lei, ficando impune. O regime, esse, vai-se consumindo no tal pântano que muitos já encaram como uma fatalidade, conformando-se na revolta íntima e inútil.

Esta semana, houve audições no caso Freeport e constituição de arguidos. As audições foram publicitadas com grande antecedência, no que parece um modelo de comunicação novo e que talvez corresponda a um propósito genuíno de informação e transparência. Veremos se não visa apenas alimentar o espectáculo, enquanto o processo finge que anda, mas não anda.

No BPN houve novidades mais concretas quanto a um dos protagonistas. Afinal, Dias Loureiro pôs a sua assinatura nos principais documentos do suspeitíssimo negócio de Porto Rico, acerca do qual tinha declarado pouco ou nada saber. O Expresso diz que ele mentiu, ele diz que se esqueceu. Mas na memória de toda a gente está aquela declaração de Cavaco Silva: "O dr. Dias Loureiro garantiu-me solenemente que não cometeu nenhuma irregulari-

Processos destes levam anos a esclarecer alguma coisa e a regra é prescreverem

dade. Não tenho qualquer razão para duvidar da sua palavra".

Não sabemos o que pensa o Presidente destes novos desenvolvimentos, nem o embaraço que sentiu ao ler as notícias. Mas quem se esquece de ter assinado contratos de milhões pode, às tantas, esquecer-se de outras coisas não menos importantes. Ora, Dias Loureiro não pode esquecer-se de que ainda é membro do Conselho de Estado. E de que prometeu demitir-se assim que se apercebesse de "estar a causar embaraço" ao Presidente. "Ao menor sinal", foi o que disse. De que outros sinais estará à espera?



BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

Supervisão Banco de Portugal criticou confissão de ex-administrador do BPN, António Franco, dizendo que devem ser extraídas consequências

O arrependido que irritou Constâncio

Ex-administrador do BPN colabora nas investigações

ISABEL VICENTE e PEDRO LIMA

António Franco é um dos 'arrependidos' que nos últimos meses ajudou as autoridades de supervisão e o Ministério Público a desvendar o que se passou no Banco Português de Negócios (BPN) durante anos.

Na sua passagem pela comissão parlamentar de inquérito à supervisão e nacionalização do BPN, o ex-administrador do banco colocou em causa a forma como a supervisão foi exercida pelo Banco de Portugal (BdP), suscitando por parte deste um duro comunicado. "António Franco deverá merecer o máximo rigor da lei na apreciação dos seus actos", afirmou então o supervisor.

Em causa estão afirmações feitas por Franco durante a comissão, na quinta-feira da semana passada, em que admitiu ter colaborado na prestação de informações não verdadeiras às autoridades, porque não lhe faziam as perguntas certas para esclarecer as operações em torno do Banco Insular (que era utilizado pelo BPN para ocultar várias operações que ficaram fora das contas do grupo). Foi mais longe ao dizer que o BdP "podia ter intervindo muito mais cedo".

Estas afirmações caíram mal no BdP, mas muitos dos actos referidos por António Franco — com os quais este assu-

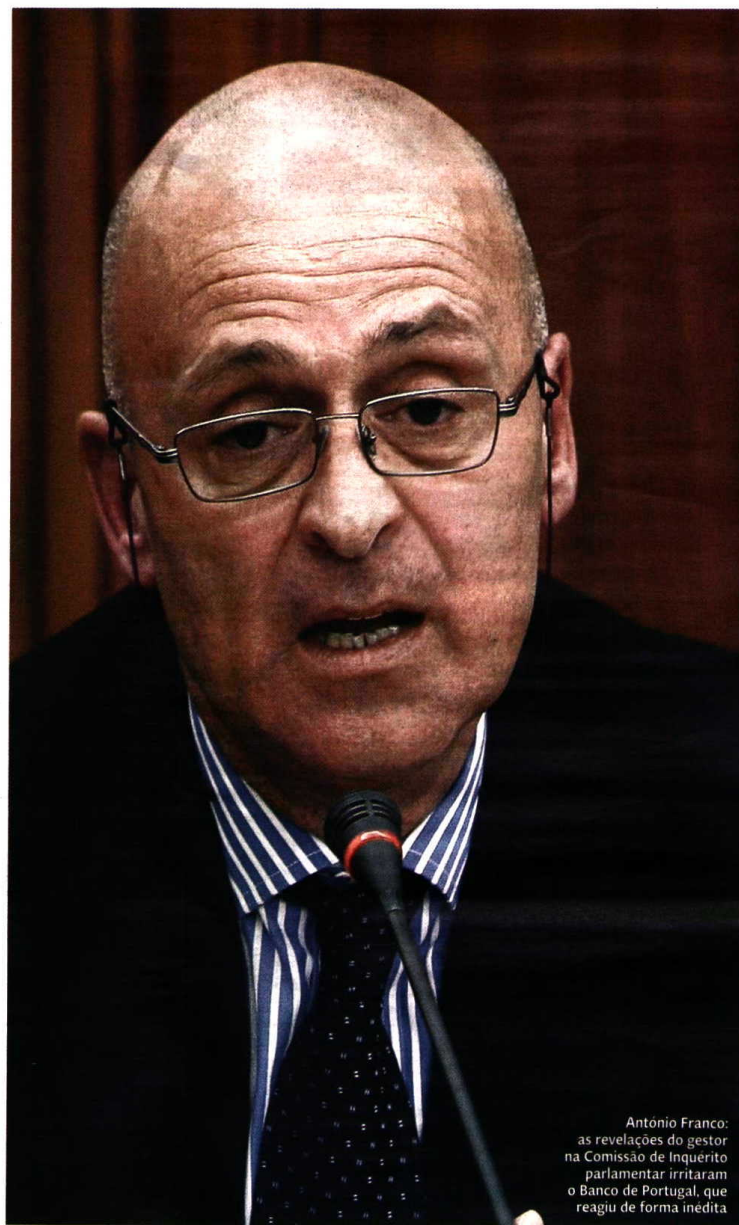
miu ter compactuado — já seriam do conhecimento do supervisor porque o ex-administrador do BPN, no âmbito da colaboração que prestou no apuramento das irregularidades no BPN, já tinha prestado declarações ao órgão de supervisão financeira.

Nove anos no BPN

António Franco entrou para o grupo em Junho de 1999, como director de Operações. Em 2006 foi convidado para a administração por Oliveira Costa, o fundador do BPN, que se manteve na liderança até Fevereiro do ano passado e actualmente se encontra em prisão preventiva.

O convite de Oliveira Costa foi feito com o argumento de que o sistema informático ia mudar. Foi em 2002 que começou a dar ordens para o Banco Insular e enquanto director de Operações respondeu perante vários administradores — Nuno Luz Almeida, Manso Neto e Luís Pinto da Silva — mas ao que o Expresso apurou estes nunca lhe deram ordens para lançar operações no Banco Insular. As ordens vinham de Oliveira Costa, Francisco Sanches e Luís Caprichoso, arguidos em processos desencadeados pelo BdP.

Luís Caprichoso foi desde 2000 administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) — que controlava o BPN até à nacionalização deste, em Novembro —, ocupando-se das áreas financeira, imobiliária, fiscal e de contabilidade, tendo ainda o controlo dos assuntos jurídicos. Terá saído do grupo em meados de 2007.



António Franco: as revelações do gestor na Comissão de Inquérito parlamentar irritaram o Banco de Portugal, que reagiu de forma inédita

De 1999 a 2006, António Franco teve à sua guarda um conjunto de técnicos de operações que lançavam as ordens — alguns até já depuseram na comissão — António José Duarte, Emanuel Peixoto e Ricardo Pinheiro que foi director-adjunto das Operações até 2006.

Em Fevereiro de 2008, Franco coloca o lugar à disposição, quando Abdool Vakil assume a liderança do BPN interinamente, substituindo Oliveira Costa.

Em Junho foi pela primeira vez ao BdP, a pedido de Abdool Vakil. As vezes seguintes foi chamado a esclarecer detalhes técnicos sobre o *modus operandi* das operações do Banco Insular

quer no mandato de Vakil quer no de Miguel Cadilhe, eleito pelos accionistas de referência da SLN.

Uma das questões que também poderão ter irritado Vitor Constâncio foi a afirmação feita durante a audiência no Parlamento de que António Franco "podia ter pedido o extracto de conta do Banco Insular e nunca o fez".

Difícil de detectar

O BdP tem-se defendido dizendo que operações como as que foram feitas no BPN são de difícil detecção. O seu vice-governador, Pedro Duarte Neves, disse perante os deputados da comissão que "quando é feita a um nível intermédio de decisão, a duração esperada da fraude é mais pequena; quando é a um nível mais elevado de decisão, as fraudes podem prolongar-se por muitos anos quando há uma intenção dolosa de esconder das autoridades".

Também Vitor Constâncio, quando foi chamado ao Parlamento à comissão de Economia, Orçamento e Finanças após a nacionalização do BPN, disse que a probabilidade de os supervisores detectarem operações como as praticadas no BPN é muito reduzida. Explicou que até 2007 os problemas do BPN nunca puseram em causa a sua solvabilidade e liquidez e que só em Junho, depois de ter sido confessado por quadros da instituição que havia uma relação de domínio do grupo SLN no Banco Insular e o chamado balcão virtual, se pôde avançar mais na investigação.

O trabalho da comissão está longe de acabar — até agora foram ouvidas 19 testemunhas mas o total agendado ascende a 40, sem contar com segundas audições, como será a de Manuel Dias Loureiro, que irá novamente à comissão esclarecer as contradições entre as suas declarações e os documentos referidos pelo Expresso na sua última edição. Esses documentos mostraram que Dias Loureiro teve, ao contrário do que havia afirmado, uma participação activa no negócio de Porto Rico do princípio ao fim — de que resultaram perdas para o grupo de 38 milhões de dólares.

Deputados irritados

O comunicado do BdP logo a seguir à audição de António Franco irritou a maioria dos deputados da Comissão. Nele, o BdP, que normalmente se resguarda nos comentários que faz sobre as matérias da supervisão, salientava "a confissão pública de que o sr. dr. António Franco sistemática e deliberadamente colaborava na prestação de informações incompletas e não verdadeiras às Autoridades". O supervisor do sector financeiro dizia ainda que António Franco se permitiu "mesmo sublinhar a eficiência das dissimulações praticadas e a naturalidade com que participou nesses actos".

Constâncio chamava ainda a atenção para o facto de que, "da parte do Banco de Portugal, estão em curso processos que poderão eventualmente con-

TODOS OS PARTIDOS, À EXCEÇÃO DO PS, CRITICAM O QUE CONSIDERAM SER UMA CLARA INTIMIDAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL



FOTO ALBERTO FRIAS

Mais políticos na mira da comissão

Se o Tribunal da Relação permitir o levantamento do sigilo bancário, o PS quer investigar empréstimos do BPN a políticos. Alvo é o PSD

Está ainda muito longe do fim a guerra política em torno do Banco Português de Negócios. Se for aceite pelo Tribunal da Relação de Lisboa o pedido de levantamento do sigilo bancário que foi formulado pela comissão parlamentar de inquérito, pode abrir-se uma nova fase na investigação dos deputados, com mais ramificações políticas.

O PS, em particular, está interessado em analisar as relações entre o BPN e políticos ou antigos políticos, que — calculam os socialistas — serão na sua maioria da área do PSD, sobretudo com ligações ao cavaquismo. Em causa, segundo o Expresso apurou, estão as condições em que foram feitos empréstimos a antigos responsáveis partidários — nomeadamente saber que garantias foram pedidas e qual o ponto em que estão actualmente esses negócios.

Logo nas primeiras notícias sobre o caso BPN foi publicada informação sobre empréstimos a antigos responsáveis do PSD no tempo em que Cavaco Silva liderava o partido e Dias Loureiro era o 'patrão' do aparelho — foram os casos de Duarte Lima, ac-

tual deputado e ex-líder parlamentar, e Arlindo Cunha, ex-ministro da Saúde e ex-presidente da influente distrital de Lisboa.

O PS quer igualmente investigar se foram — e em que condições — perdoados empréstimos pelo BPN. Mais uma vez, a suspeita dos socialistas (embora os próprios não o admitam abertamente) é que encontrarão nessa investigação antigos dirigentes sociais-democratas, familiares seus ou empresas a que estão ou estiveram ligados.

Recorde-se que, quando foi delimitado o âmbito da comissão parlamentar que investiga o BPN, o PS acrescentou um ponto (o último da lista) que tem que ver com a eventual promiscuidade entre protagonistas políticos e a actividade bancária. O objectivo declarado do PS é averiguar a necessidade de apertar as regras em relação a impedimentos de ex-governantes ou titulares de cargos políticos — por exemplo, deputados. Um responsável socialista ligado a este processo admitiu ao Expresso que esta linha de investigação poderá atingir não só ex-ministros do PSD (como Dias Loureiro e Daniel Sanches) mas também actuais deputados. A mesma fonte admitia o risco de surgirem alguns nomes ligados ao PS.

FILIPE SANTOS COSTA
fcosta@expresso.imprensa.pt

O QUE ELES QUEREM, E O QUE JÁ CONSEGUIRAM

PS
Objectivo declarado: investigar as irregularidades no BPN.
O que quer mesmo: manter o PSD e o cavaquismo debaixo de pressão.
O que já conseguiu: apanhou Dias Loureiro em falso, causando por tabela um embaraço político ao Presidente da República. O conselheiro de Estado foi ao Parlamento negar o inegável — a sua participação, de fio a pavio, no ruinoso negócio de Porto Rico — e agora terá que voltar a explicar-se à Comissão, no incómodo papel de suspeito de perjúrio. As baterias do PS vão continuar viradas para o envolvimento de políticos laranja no BPN, tentando desviar a investigação da figura do socialista Vítor Constâncio.

PSD
Objectivo declarado: investigar as condições em que foi nacionalizado o BPN.
O que quer mesmo: virar contra o Governo os custos da nacionalização do BPN e responsabilizar o Banco de Portugal (BdP) por falhas da supervisão.
O que já conseguiu: pouco, na questão da nacionalização do BPN. À pergunta do PS sobre qual seria a alternativa, falta uma boa resposta do PSD. Os resultados têm sido melhores em relação a Constâncio — são cada vez maiores as dúvidas sobre se fez tudo o que podia e devia, e no momento certo.

PCP
Objectivo declarado: investigar o que se passou no BPN.
O que quer mesmo: demonstrar a falência do modelo de supervisão e os esquemas fraudulentos do sistema bancário.

O que já conseguiu: exemplos perfeitos de fraude bancária, de capitalismo selvagem e do fracasso da regulação. Com a vantagem de as suspeitas recaírem sobre protagonistas do cavaquismo e a falha da regulação poder ser imputada a um iminente socialista.

CDS
Objectivo prioritário: investigar a forma como o Banco de Portugal supervisionou as actividades do BPN.
O que quer mesmo: a demissão de Vítor Constâncio por falha grave de supervisão.
O que já conseguiu: lançar uma enorme suspeita de passividade e complacência do Banco de Portugal em relação ao que se passava no BPN. As contradições entre o que os responsáveis pela supervisão dizem que fizeram e conseguiram, e a falta de iniciativa que a última administração do banco lhes imputa têm alimentado essa suspeita. Mais: as alegações de desconhecimento feitas por Constâncio em relação ao Banco Insular têm sido postas em causa pelas declarações de outros protagonistas.

BE
Objectivo declarado: investigar as actividades do BPN.
O que quer mesmo: dar fôlego à cruzada contra as *offshores* e a desregulação dos mercados financeiros.
O que já conseguiu: demonstrar a ligação estreita entre *offshores* e actividades fraudulentas, sendo cada vez mais difícil defender a existência de paraísos fiscais (outra coisa é saber como acabar com eles...). Evidenciar a responsabilidade de Dias Loureiro/Oliveira Costa e as falhas do BdP. F.S.C.

duzir à inibição do exercício de cargos no sistema financeiro. Outros possíveis aspectos do foro penal associados às fraudes cometidas no BPN só podem ser considerados pelo Ministério Público".

A reacção de Constâncio foi entendida como uma forma de o supervisor "ameaçar" e "intimidar" pessoas que "prestam os seus testemunhos e devem fazê-lo com toda a verdade e liberdade". A questão foi suscitada pelo CDS/PP, que foi acusado de estar a aproveitar politicamente o caso pelos deputados dos restantes partidos. Isto porque, o líder do CDS-PP, Paulo Portas, escolheu esta semana para elencar um conjunto de conclusões que apertam o cerco à supervisão do BdP.

De fora da condenação a Vítor Constâncio relativa às alegadas 'pressões' exercidas sobre os depoentes na comissão de inquérito ficou o PS. O deputado socialista Ricardo Rodrigues disse não ter sentido que alguém tivesse sido ameaçado por quem quer que fosse.

Já João Semedo, do Bloco de Esquerda, chamou ao BdP "o Big Brother dos trabalhos desta comissão".

Mas a possibilidade de a contestação se materializar na emissão de um comunicado oficial acabou por não se confirmar.

Contactado, António Franco não comenta se houve desenvolvimentos por parte do supervisor desde a semana passada, afirmando que "já tem problemas suficientes".

vicente@expresso.imprensa.pt

BANCO INSULAR

Um banco aqui tão perto

Quem sabia do Banco Insular (BI), de quem era o banco e quais as relações que teria com o BPN foi durante pelo menos seis anos uma pergunta sem resposta clara. Hoje sabe-se que tinha relações desde 2002 com o BPN e servia para que lá fossem parqueadas operações que também conduziram o BPN a uma situação insustentável. Quanto à propriedade do BI as opiniões também se dividem. Uns consideraram que é do BPN e outros da SLN. Abdoool Vakil, que assumiu a liderança do BPN em Fevereiro de 2008, depois da saída de José de Oliveira Costa, chega à conclusão que esta instituição com sede em Cabo Verde é da SLN. O passo seguinte foi apurar o seu funcionamento. Este foi revelado por gestores do BPN nomeados pelo Estado depois da nacionalização e administrativos da direcção de operações. Ficou a saber-se que existem centenas de operações entre o BPN e o BI, que havia registos disso e que o BPN nunca consolidou estas operações embora devesse fazê-lo. Para os responsáveis de supervisão não era possível o BdP detectar estas operações, por serem propositadamente escondidas.

BANCO DE PORTUGAL

Nunca foi tão questionado

A supervisão do Banco de Portugal (BdP) ao BPN tem sido sistematicamente fragilizada por diversos testemunhos na Comissão Parlamentar de Inquérito. A começar por Miguel Cadilhe que se opôs à nacionalização do BPN e pela sua equipa. Consideraram que o BdP tinha sinais evidentes logo em 2004 e depois em 2007 de que algo se passava entre o BPN e o Banco Insular. Também referem "houve falta de zelo dos técnicos do BdP", e que "alguns dos acontecimentos do BPN eram conhecidos em departamentos do BdP, mas não chegaram ao conhecimento do governador Vítor Constâncio", disse João Carvalho das Neves, ex-administrador do BPN. Da mesma equipa, João Meira Fernandes, aconselhou o BdP a fazer uma auditoria à supervisão. Para os actuais gestores do BPN as responsabilidades sobre a gestão danosa do banco devem ter em conta o trabalho dos auditores internos, externos e os revisores oficiais de contas. E António Marta, ex-vice-governador do BdP, afirmou à Comissão que apesar do BPN estar sob "escrutínio muito acessório", as respostas ao supervisor nunca eram suficientes.



Opinião

FUMEI MAS NÃO INALEI



Ricardo Costa

rcosta@expresso.impresa.pt

Dias Loureiro foi a uma comissão de inquérito como quem participa numa conversa de café: não sei bem, não me lembro, não tenho os papéis, ajudei de início mas foram outros que fizeram tudo... Ora isto não faz qualquer sentido

A frase do título é roubada a Bill Clinton e está mal traduzida. Mas foi assim que ficou para a história. E por péssimas razões. Clinton mostrou, numa simples frase, como era capaz de embarcar no mais banal dos falsos moralismos e mentir pelas piores razões.

Quando se pergunta a alguém se já fumou um charro, há várias respostas possíveis: não tem nada que ver com isso, não, sim (a quem interesse a minha resposta é a última). Mas Clinton inventou uma nova variante: fumei mas não inalei ou, em bom português, fumei mas não travei. Clinton sabe que há muitas pessoas que o viram fumar. Mas também sabe que ninguém pode garantir que ele travou.

A questão não está na real possibilidade de se fumar sem travar. A questão está na hipocrisia da frase, no jogo de palavras ou na falta de coragem de mandar passear quem faz a pergunta.

A trajetória de Dias Loureiro no caso BPN é uma homenagem ambulante ao 'fumei mas não inalei'. Quando o caso rebentou disse que nunca tinha ouvido falar de irregularidades. Mas poucos dias depois afirmou, com a mesma facilidade, que afinal até tinha avisado o Banco de Portugal do que se passava no BPN.

António Marta desmentiu-o de imediato, garantindo que Loureiro se foi queixar da excessiva pressão do Banco de Portugal. Mas Dias Loureiro sabia que nesta história não corria qualquer risco: seria sempre a palavra de um contra o outro.

Esta 'maneira de estar' tem um problema e um fim, normalmente pouco feliz. Nos bancos, mesmo nos bancos pouco sérios, há actas, papéis, contratos, e-mails. É por isso que me faz enorme confusão a estratégia usada por Dias Loureiro na sua ida à Comissão de Inquérito: não me lembro, não tenho

os papéis, eu ajudei mas os outros é que fizeram tudo. Tudo isto embrulhado em frases longas, simpáticas e o menos precisas possível.

Não lhe ocorreu que estas comissões têm actas e que os deputados cruzam-nas com factos e documentos. E que os jornalistas fazem o mesmo.

Não lhe ocorreu pedir à administração do BPN ou à própria Comissão que lhe fornecesse os contratos e documentos que não tem em sua posse.

Não lhe ocorreu que o 'fumei mas não inalei' não serve para tudo. Muito menos a um conselheiro de Estado.

Não lhe ocorreu que tudo isto o podia embaraçar e, mais importante, prejudicar o Presidente da República.

P.S. Pode parecer embirração minha, mas não há ninguém no MNE que explique ao resto do Governo que Chávez já é um homem perigoso?

BPN Acordo com Luís Caprichoso não revela motivos do abandono

Antigo administrador do BPN ainda não foi ouvido no Parlamento



DANIEL ROCHA

Caso BPN

Administrador revela "pagamentos por fora"

O administrador da SLN Manuel Meira Fernandes disse na quinta-feira aos deputados da comissão de inquérito que vários administradores e ex-administradores do BPN receberam pagamentos de milhões de euros em numerário levantado do próprio banco, mas que os movimentos não ficavam registados nas contas. O administrador revelou ainda que "as pessoas recebiam salários mensalmente, uma parte legalmente e outra em numerário, em moeda viva, e, todos os meses, quem recebia por fora ia buscar o seu dinheiro".

E garantiu não se tratar de salários. "Ninguém ganha 200 mil euros por mês, depois 50 mil euros ou 100 mil euros. São estes os levantamentos que eram feitos", salientou Meira Fernandes, citado pela Lusa. O responsável referiu também a existência de "movimentos de várias centenas de milhões de euros" movimentados para duas contas que não quis identificar.

Meira Fernandes apontou o dedo à acção do Banco de Portugal (BdP), referindo que a auditora Mazars (contratada pela administração de Miguel Cadilhe para analisar as contas do Insular) descobriu "em seis horas" como é que o grupo se financiava através da instituição cabo-verdiana, considerando que o supervisor poderia ter detectado a situação mais rapidamente.

E frisou que as irregularidades registadas no BPN ao longo dos anos não tiveram um único autor, "foram pensadas, arquitectadas e executadas por membros do conselho de administração, técnicos, directores". Mas também criticou "as auditorias internas, o revisor oficial de contas, a supervisão e os membros do Conselho, que, tendo conhecimento das irregularidades, não as denunciaram".

O administrador da SLN admitiu ainda que as imparidades de 1,8 mil milhões de euros detectadas recentemente se podem dever à própria nacionalização do BPN. "As imparidades, para serem superiores, na nossa opinião, poderão ser explicadas por três situações. Uma delas são efeitos negativos que a nacionalização possa ter causado na SLN, porque, por ter ficado sem um banco, a Deloitte entendeu que o risco agora é maior", explicou.

A auditoria da Deloitte feita antes da nacionalização apontava para perdas de 700 milhões de euros.

Braço direito de Oliveira e Costa recebeu 687 mil euros para sair

Compensação por cessação de funções do antigo administrador de José Oliveira e Costa foi líquida de descontos para o IRS e Segurança Social

Ana Brito e Leonete Botelho

● O braço direito de Oliveira e Costa na Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Luís Carlos Oliveira Caprichoso, recebeu 687.500 euros em Agosto de 2007, em Lisboa, e nele é explícito que aquele montante, pago na data de assinatura, é um valor líquido de descontos para o IRS e das contribuições para a Segurança Social.

O acordo, a que o PÚBLICO teve acesso, foi celebrado a 31 de Agosto de 2007, em Lisboa, e nele é explícito que aquele montante, pago na data de assinatura, é um valor líquido de descontos para o IRS e das contribuições para a Segurança Social.

Luís Caprichoso, que era alegadamente o responsável pelas sociedades *offshore* utilizadas pelo grupo para esconder prejuízos, ocultar acções próprias e créditos a accionistas e empresas do universo SLN, foi recentemente referenciado por um antigo quadro do BPN como sendo quem

ordenou a maioria dos movimentos realizados entre o BPN e o Insular, um dos veículos responsáveis pelas imparidades de 1,8 mil milhões de euros detectadas na instituição.

Ouvindo recentemente na comissão de inquérito à nacionalização do BPN, o antigo director de operações do banco, António Franco, assegurou que era de Luís Caprichoso e de um dos membros da sua equipa, Leonel Mateus (além de Oliveira e Costa e do seu chefe de gabinete, Francisco Sanches), que partiam as ordens para as operações no Insular.

Quando saiu da SLN, Caprichoso deixou vaga a liderança do conselho de administração de 12 sociedades do grupo, entre elas a Planfin - Serviços de Planeamento Financeiro Internacional, empresa de que era accionista e através da qual terá criado e organizado os veículos *offshore* detectados pela administração de Miguel Cadilhe em Julho de 2008.

A Real Seguros, Marinapart, SLN Multiauto, Socenta - Construções

Imobiliárias, Alborada, PlayUp - Desenvolvimento de Negócios, Santa Maria Park Hotel e a Quinta da Torre de Santo António eram outras das empresas a que presidia.

Caprichoso era ainda vogal nas administrações do BPN SGPS, Plêiade, Investimentos e Participações, Partinvest, BPN Internacional, BPN Madeira, SLN Internacional, SLN Investimentos e SLN Part. Em todas

elas, os mandatos dos órgãos sociais estavam sensivelmente a meio, uma vez que tinham começado em 2006 e terminariam apenas este ano.

O acordo não refere quaisquer motivos para a cessação de funções, mas a época em que aconteceu reporta ao momento em que o Banco de Portugal (BdP) terá apertado a acção inspectiva sobre o grupo.

O administrador cessante da SLN João Carvalho das Neves, que integrou a equipa de Miguel Cadilhe, revelou recentemente aos deputados da comissão de inquérito que em Maio de 2007 o BdP remetiu uma carta à administração do BPN exigindo respostas sobre o Insular e os veículos *offshore* até Setembro desse ano. Data a partir da qual exigiria ter acesso a todas as plataformas informáticas do banco.

A audição de Luís Caprichoso na comissão de inquérito ainda não tem data marcada. Porém, fontes parlamentares disseram ao PÚBLICO que "é uma das prioridades".

Empresas

12

Na data da saída do grupo, em Agosto de 2007, Caprichoso era presidente do conselho de administração de 12 empresas, entre elas a Real Seguros, e administrador em outras 8, incluindo o BPN SGPS